FOLHETO
Nº 121
DATA 25/11/02

ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS

DISCURSO DE POSSE
PROFERIDO PELO
ACADÊMICO
ALÁUDIO DE OLIVEIRA MELO
OCUPANTE DA
CADEIRA N.º 13

10 DE MAIO DE 1968

BELÉM — PARÁ

FOLHETO
Nº 121
DATA 25/11/02

ALÁUDIO DE OLIVEIRA MELO

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e da Academia Paraense de Letras. Sócio correspondente da Academia Acreana de Letras, da Sociedade Brasileira de Geografia e do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

⊞ ⊞ ⊞

ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS

Discurso de posse proferido em sessão solene efetuada dia 10 de maio de 1968.

CADEIRA N.º 13

PATRONO: Dom ROMUALDO ANTÔNIO DE SEIXAS, estadista, escritor, Arcebispo Primaz do Brasil e Marquês de Santa Cruz.

FUNDADOR: Arcebispo Dom Antônio de Almeida Lustosa.

ÚLTIMO OCUPANTE: Acadêmico MURILO DE ALMEIDA CASTRO MENEZES.

⊞ ⊞ ⊞

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

Colaboração da Secretaria de Estado de Govêrno

Belém — Pará — Brasil

— 1968 —

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

O acadêmico Dr. Aláudio de Oliveira Melo, proferindo, da tribuna, o seu discurso de posse e, a mesa dirigente da sessão solene. (Foto "A Província do Pará").

ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS

CADEIRA N.º 13

PATRONO: DOM ROMUALDO ANTÔNIO DE SEIXAS,

Discurso de Posse

INTRÓITO

Exmo. Sr. Presidente da Academia Paraense de Letras.
Exmas. autoridades federais, estaduais e municipais.
Senhores acadêmicos.
Minhas senhoras e meus senhores.

Eis-me diante de vós, ilustres acadêmicos, de cuja honrosa convivência passarei a desfrutar neste sodalício, face à vossa generosidade em decorrência da qual permitistes que eu de vós me aconchegasse.

Eis-me cingindo, desvanecido, o colar da imortalidade que a Academia Paraense de Letras confere àqueles que integram o seu quadro de sócios efetivos e perpétuos.

A imortalidade dos vultos que compõem as entidades congêneres, se refere, evidentemente, à perene existência nominal, de vez que a eternidade física é infensa ao gênero humano.

Invoco, neste momento culminante, quando ingresso, "com o coração sem susto", nesta casa de cultura, o espírito luminoso de Pascal, para dizer com êsse eminente pensador: "O homem, voltado para si próprio, deve considerar o que é, diante do que existe; deve encarar-se como um ser extraviado neste canto afastado da natureza e que, da pequena cela onde se acha prêso, isto é, do universo, aprende a avaliar em seu valor exato, a terra, os reinos, as cidades e êle próprio".

Auscultando o sentido de nossa vida acadêmica cuja perdurabilidade é fictícia, pois sòmente a alma é imortal, indago com o erudito filósofo de Clermont-Ferrand: "Afinal, que é o homem dentro da natureza? Nada, em relação

ao infinito; tudo, em relação ao nada; um ponto intermediário entre tudo e nada. Infinitamente incapaz de compreender os extremos, tanto o fim das coisas como o seu princípio permanecem ocultos num segredo impenetrável e é-lhe igualmente impossível ver o nada de onde saiu e o infinito que o envolve. Nossa inteligência ocupa, entre as coisas inteligíveis, o mesmo lugar que o nosso corpo na magnitude da natureza".

Há um dispositivo no Estatuto dêste cenáculo em face do qual os acadêmicos recém-admitidos enfrentam com satisfação uma circunstância imperiosa, ao subirem a esta tribuna para pronunciar os seus discursos de posse, em cuja oração "o recipiendário deverá ocupar-se, além de quaisquer outros assuntos, da obra literária e da vida do Patrono e de todos aquêles que passaram pela poltrona a ser preenchida".

Michel de Montaigne, o mestre dos incrédulos, o campeão da liberdade de pensamento, o racionalista convicto, a respeito de cuja exuberante personalidade existe vasta literatura, ocupando lugar destacado na galeria dos clássicos verdadeiramente imortais que se veneram mais não se tocam, pouco lido na atualidade, lamentàvelmente desprezado pela juventude dos nossos dias, aludindo a uma frase de Terêncio, inicia o Livro terceiro de seus célebres "Ensáios", com estas palavras: "Todos estão sujeitos a dizer tolices; o mal consiste em enunciá-las com pretensão. Êste homem vai provàvelmente expor-nos, com ênfase, algumas enormidades."

Meus senhores!

Ao empossar-me na Cadeira n. 13, que tem como Patrono Dom Romualdo Antônio de Seixas, da qual foi fundador Dom Antônio de Almeida Lustosa e último ocupante o Acadêmico Múrilo Menezes, encontro-me em vossa presença persuadido de que, ao contrário do significado das palavras daquêle pensador francês, afastada a idéia de proferir, com ou sem pretensão ou alarde, quaisquer tolices, move-me o propósito de traçar, perante um auditório seleto cuja presença nesta solenidade me sensibiliza e estimula, o perfil dos elementos vinculados à Cadeira que tenho a honra de ocupar.

Encontramo-nos participando de uma festa intelectual em que predomina a conhecida máxima de Augusto Comte: "Os vivos são cada vez mais governados pelos mortos!"

de novembro de 1810, quando proferiu o seu segundo sermão, bastante apreciado por todos aquêles que tiveram a ventura de ouví-lo.

Desempenhou as funções de Vigário de Cameta, Provisor e Vigário Geral da Diocese, temporàriamente.

Por ocasião das exéquias de Dom Manuel d'Almeida Carvalho, 7.º Bispo do Pará, cujo falecimento ocorreu a 30 de junho de 1818, Dom Romualdo de Seixas pronunciou notável oração fúnebre, posteriormente impressa em Lisboa.

Esteve à frente do bispado, na qualidade de Vigário Capitular, em face do Cônego Romualdo Coelho, então Bispo do Pará, haver viajado para a Côrte com o objetivo de aguardar as bulas de confirmação.

Convém frizar-se existirem expressivas coincidências entre êsses dois insignes paraenses: ambos naturais de Cametá; ambos nascidos dia 7 de fevereiro, embora em anos diferentes; ambos batisados com o mesmo nome de Romualdo; ambos figuras proeminentes do episcopado brasileiro.

Os sábios germânicos Spix e Martius, de passagem por Belém, fizeram-se amigos do Bispo Romualdo de Seixas; essa amizade e admiração pelos predicados que ornavam a personalidade do nosso conterrâneo foram tão sinceras e elevadas que, os dois ilustres naturalistas lhe enviaram da Europa o honroso diploma de sócio da Real Academia de Munich.

Sacerdote prudente, erudito e virtuoso, foi eleito, logo após haver sido instituida a nova Constituição portuguêsa, Presidente da Junta Provisória Governativa da Provincia, função para a qual se reelegeu no ano de 1823, quando se desencadeou nesta cidade um movimento revolucionário visando a adesão do Pará à Independência Brasileira.

O preclaro historiador Arthur Viana, rememorando aquela insurreição fracassada, disse que os rebeldes Diogo Vaz da Moya, Bernardo de Souza Franco, Cônego Roberto Pimentel, Inácio Cerqueira da Silva, Alferes Domingos Gonçalves da Cunha Marreiros, Alferes Antônio de Loureiro Barreto, Alferes José Mariano de Oliveira Belo, Cadete Antônio Bernal do Couto e Capitão Boaventura da Silva, foram condenados à morte. Enviados a Lisboa devido à interferência do Cônego Romualdo de Seixas, Presidente da Junta Provisória que governava o Pará, foram processados e julgados, escapando, assim, à pena máxima.

Dom Romualdo de Seixas desempenhou o cargo de depu-

tado às Côrtes, elegendo-se logo após a emancipação política brasileira, deputado à Assembléia Geral Legislativa.

Havendo os seus correligionários cogitado da escolha de seu nome para a senatória, o esclarecido prelado declinou dessa honraria sob a alegação de contar apenas 36 anos de idade.

Ultimava os seus preparativos na capital do país para regressar à sua Província, quando o Govêrno, mediante Decreto de 12 de outubro de 1826, nomeou-o Arcebispo da Bahia, Metropolitano e Primaz do Brasil.

Depois de haver tomado posse de suas elevadas funções, entrou solenemente no Palácio Arquiepiscopal dia 28 de novembro de 1828, havendo o Papa Leão XII confirmado a sua elevação àquêle cargo tão dignificante através da bula de 30 de maio de 1829.

Eleito deputado geral pela Bahia em 1834 e em outras legislaturas, distinguiu-se como defensor lúcido e intransigente dos interesses da Igreja.

Em plena Cabanagem, "a página mais emocionante e dramática da história da Amazônia", segundo Ernesto Cruz, "caso característico de individualismo rebelado, no meio dum determinismo político irresistível", no dizer de Elias Viana, Dom Romualdo de Seixas, Arcebispo Primaz do Brasil, enviou ao General Manuel Jorge Rodrigues, no ano de 1836, uma pastoral, conclamando os revoltosos a deporem suas armas.

Irrompida uma sublevação na Bahia em 1837, escreveu duas pastorais aos seus diocesanos, a quem pediu fidelidade aos interesses da Coroa Imperial.

Dom Romualdo de Seixas não se restringiu às glórias de seu Arcebispado. A sua argumentação persuasiva e convincente no Parlamento Nacional se transformara em veículo de nobres ideais. Ressalte-se a sua atitude, naquela casa legislativa, em prol de dois assuntos primordiais e de grande relevância para a prosperidade da gleba amazônica: foi êle quem primeiro debateu a necessidade de elevar-se a antiga Comarca do Alto Amazonas, à categoria de Província, cuja grande aspiração de todos os amazonenses, concretizou-se com a Lei n. 583, de 5 de setembro de 1850. Foi ainda Dom Romualdo de Seixas quem primeiro se bateu, no Parlamento Nacional, objetivando a navegação a vapor no rio Amazonas, cuja primeira tentativa de tráfego de embarcações dessa natureza, ocorrera em 1826, concretizando-se aquela iniciativa em 1852.

Elevado à dignidade de Marquês de Santa Cruz mediante ato de D. Pedro II, desenvolvendo intensa atividade parlamentar, Dom Romualdo de Seixas foi apologista daquela crença fervorosa que incentivara Frei Francisco Montalverne, no dealbar da vida, a proferir, no púlpito, quando do panegírico de D. Pedro de Alcântara, estas palavras exponenciais: "Religião divina, misteriosa e encantadora. Tu, que diriges os meus passos na vereda escabrosa da eloquência; tu, a quem devo as minhas aspirações; tu, minha estrêla, minha consolação, meu único refúgio!"

Personalidade formada no seio da Igreja, onde se forjara a sua mentalidade e os seus dotes de espírito, jamais a sua fé declinara.

Justamente em face do seu apêgo aos labores religiosos, aos quais volveu a dedicar-se exclusivamente a partir de 1841, o notável publicista Misael Corrêa Seixas, numa vibrante página literária, considera o Marquês de Santa Cruz "coluna granítica da Igreja, cuja firmeza inquebrantável brotou da própria hora em que, na sua paróquia nativa do Tocantins, proferia as suas primeiras palavras de semeador à sombra dos arvoredos". Prosseguindo em seu raciocínio, o autor de "Estudos e Paisagens" conclui com estas palavras enaltecedoras: "Assim como houve os fundadores de cidades, os Tomé de Souza, os Braz Cubas, os Mem de Sá, os Ravardière, os Nassau, os Caldeira, houve também os fundadores da obra eclesiástica metropolitana cristã: os Nóbrega, os Vieira, os Mont'Alverne, os Macedo Costa, os Jerônimo Tomé, os Romualdo, propagando a Pátria, a língua, a fé, a educação, o poder, a paz, a civilização, a fama nacionais."

Tendo sido pregador da Capela Imperial e dignatário da Imperial Ordem da Rosa e da Grã-Cruz de Cristo, Dom Romualdo de Seixas dirigiu a Arquidiocese Brasileira durante o período de 32 anos.

O sábio Arcebispo da Bahia, desfrutando da amizade dos Papas Gregório XVII e Pio IX foi, evidentemente, a figura perfeita do estadista, do filósofo, do escritor, do sacerdote sempre vibrante em prol da grandiosa causa eclesiástica.

Tão intenso fôra o seu fervor religioso que, não obstante a sua idade avançada, "ocultando aos olhos do mundo e até da família seus exercícios de sincera piedade, certos fiéis o surpreenderam, algumas vêzes, sem que êle o pressentisse, genuflexo na capela superior do Palácio, ante o

Santíssimo Sacramento, na mais profunda meditação. Que sublime espetáculo seria deparar-se com êsse velho por tantos títulos respeitável, com êsse vulto venerando, a sós com Deus nêsses momentos silenciosos, orando pelo seu povo!"

Jamais dêle se apossara aquela vontade de chorar, aquêle tédio pernicioso, aquela "forma torpe de desespêro que é, sem dúvida — segundo a expressão de Georges Bernanos no seu notável "Diário de um Pároco de Aldeia" — como que a fermentação de um cristianismo desfigurado."

"Vigoroso na inteligência, ardente no estudo, prático nos negócios públicos, perfeito nas letras sagradas e profanas, grave no caráter, ameno no trato, formado na escola dos grandes homens, fortalecido no crisol das tribulações, eis aí o homem que Deus suscitou para ser um dos Atletas da Igreja. Como desempenhou essa missão providencial aí estão os seus escritos para responder, os seis volumes de suas "Obras Completas" para o atestar".

Além da Academia Paraense de Letras que, enaltecendo a sua personalidade, escolheu o seu nome como Patrono da Cadeira n. 13, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará — nosso co-irmão na difusão cultural no norte do país — assinalou o seu nome como Patrono da Cadeira n. 38 e, o antigo Conselho Municipal de Belém, prestando-lhe condigna homenagem, deu o nome do emérito sacerdote a uma das principais ruas desta capital.

Falecido a 29 de dezembro de 1860, na Bahia, aos 75 anos de idade, com o sólido arcabouço moral de que se revestira, Dom Romualdo de Seixas entrou no reino das sombras com a serenidade dos justos.

Dois anos antes de sua morte, isto é, em 1858, o Marquês de Santa Cruz começara a escrever as suas Memórias, as quais, infelizmente, ficaram inacabadas.

Êsse importantíssimo documento com 17 capítulos e 184 páginas, impresso na Tipografia Nacional do Rio de Janeiro e editado no ano seguinte ao de seu falecimento, aborda uma variedade de assuntos, a partir de seus primeiros anos, seus primeiros estudos e sua primeira viagem a Portugal.

Obra magnificente apresentada pelo padre José Joaquim da Fonseca Lima, cujos originais — conforme evidencia êsse sacerdote — recebera "da família do falecido pre-

lado numa demonstração de particular estima e singularíssimo testemunho de sua confiança" face à ligação afetiva e honrosa intimidade que mantivera com o nosso Patrono, nela se encontram, em seu prefácio, trechos como êstes: "A verdade, da qual êle foi sempre severo cultor, faz o esplendor do seu estilo, sem faltar às conveniências da caridade e da polidez e aí se ostenta sem que a suavidade da forma enfraqueça a substância dos fatos.

"Sua palavra bela e grave, cheia sempre de verdade e instrução, derramaria muita luz sôbre fatos que a malignidade torceu e a calúnia desfigurou à sombra tenebrosa de um túmulo. Ah! Se de lá mesmo sua voz se pudesse ouvir, ela exclamaria com mais razão as seguintes palavras de Chateaubriand contidas nas "Memórias de Além Túmulo": "Que se salvem meus restos de uma sacrílega autópsia, que se poupe o cuidado de procurar em meu cérebro gelado e em meu coração extinto, o mistério do meu ser. A morte não revela os segredos da vida". Mas, essa voz tão poderosa e veneranda, emudeceu na profundidade do silêncio eterno. Ela não animará mais o festim literário dos jovens, não vibrará mais nas salas do Parlamento, não soará mais, amena e majestosa, nas abóbadas dos santuários.

"Conhecedor profundo dos tempos e dos homens, afeito aos certames da inteligência e às lutas do Direito, nos próprios louros que a fronte lhe adornavam, havia adquirido essa consumada prudência que foi antes de tudo a virtude com que realizou as reformas e Instituições, que fazem a glória de seu episcopado!"

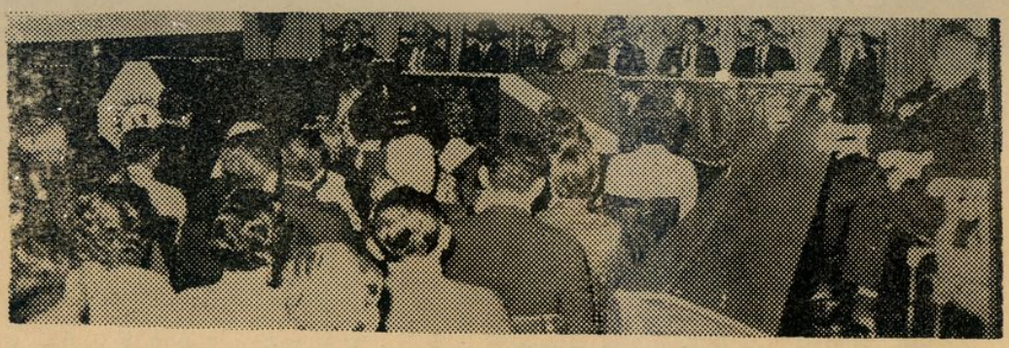
O seu testamento, datado de 25 de fevereiro de 1853, complementando, por assim dizer, as suas "Memórias" inacabadas, escrito — como êle asseverou — "enquanto Deus Nosso Senhor me conserva em estado de poder declarar com perfeito conhecimento e liberdade algumas disposições por meu falecimento, não sabendo o dia e hora em que serei chamado ao Tribunal Divino", é modêlo de bemaventurança, predominando o perdão concedido — conforme se referiu — "a tôdas as calúnias de que tenho sido objeto, sem exceção da que, com inaudita injustiça, se fez correr por todo o Império de que eu tinha alcançado por meios simoníacos o Arcebispado da Bahia. Reconheço-me como o mais miserável dos pecadores, mas tomo por testemunha a Deus que me há de julgar que não sou culpado de tão abominável delito".

Meus senhores !

Marco Aurélio, a suprema eclosão do estoicismo, no dizer acertado do jurista Pedro Lessa, legou à posteridade êste preceito que vem atravessando os séculos, pelo primor de sua substância : "A alma tem a qualidade de se bastar a si própria praticando a virtude e, assim, conquistando a serenidade".

O insigne Montaigne, o hipnotizador de consciências, segundo o austero calvinista Guizot, testemunhando a sua moral em 1588, assim exprimiu o seu pensamento : - "Fazer o bem proporciona sempre uma satisfação interior reconfortante e inspira essa generosa altivez que acompanha a consciência limpa... Não é pequeno o contentamento que sentimos ao saber que não estamos contagiados por um século tão contaminado". Prosseguindo, o ilustre filósofo e moralista dos "Ensáios", assevera : "Reconforta podermos dizer : quem mergulhasse no fundo de minh'alma não me acharia culpado, até o presente, de ter afligido alguém, ou o arruinado, e tampouco de haver atentado pùblicamente contra as leis ou contribuido para fazer que prevalecessem novidades ou participado das perturbações da ordem, ou faltado à palavra dada... Deliciosa é a vida de quem obedece à regra, mesmo na intimidade. E, ser ponderado em assunto que não suporta a interferência alheia, é aproximar-se da perfeição".

Aquelas duas expressões — MORAL e VIRTUDE — irmanadas na consumação do bem, exerceram profunda ressonância no espírito evoluido de Dom Romualdo de Seixas. Vincularam-se ao nosso Patrono, sacerdote cuja longa existência tivera como pontos cardeais a humildade, a sabedoria, a grandeza e a modéstia.



Mesa dirigente da sessão solene: Acadêmico De Campos Ribeiro, Presidente da Academia Paraense de Letras; Prof. Clóvis Silva de Morais Rêgo, Secretário de Estado de Govêrno e Representante do Governador do Estado; Deputado Estadual Acindino Campos, Representante da Assembléia Legislativa; Desembargador Agnano Monteiro Lopes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Sr. Bernardino Santos, Representante do Prefeito Municipal de Belém; Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará; Dr. Acy de Jesus Barros Pereira, Secretário de Estado de Educação e Cultura e General José Manoel Ferreira Coelho, Delegado Regional do Trabalho. Vê-se também parte das pessoas convidadas. .(Foto "O Liberal")

DOM ANTÔNIO DE ALMEIDA LUSTOSA — O FUNDADOR

Meus senhores !

Passemos agora a tratar da personalidade do fundador da Cadeira n. 13.

Nascido em São João Del Rei (Minas Gerais) dia 11 de fevereiro de 1886, Dom Antônio de Almeida Lustosa exerceu o arcebispado metropolitano de Belém como sucessor de Dom João Irineu Joffily.

Em janeiro de 1932 publicou a sua Primeira Carta Pastoral, documento de alta relevância, no intróito do qual, após focalizar a fundação de Belém, declara que "a história eclesiástica desta metrópole é tôda povoada de sucessos gloriosos. A vida espiritual dêste povo seguiu-lhe paralelamente o progresso temporal. O govêrno de Dom Macêdo Costa e as qualidades excepcionais do heróico Bispo nos elevam a tão alto nível que, na história Eclesiástica Geral a Igreja Paraense merece um lugar de distinção particular. O ilustre sócio de agruras e de heroismo de Dom Vital, não foi apenas grande no Pará, mas em todo o Brasil, em todo o mundo. E' uma glória que se não ofusca entre as estrelas de primeira grandeza do firmamento da Igreja de todos os povos e de todos os séculos".

Esclarecendo que a sua Primeira Pastoral não deve ser considerada como simples saudação, recomenda "a necessidade premente de atualidade palpitante para o bem das almas e glória de Deus. Esperançoso de bem cumprir a missão que lhe fôra outorgada, exclama : "Tudo quanto há de bom se pode esperar de um povo que se acolhe confiante à sombra da grande Medianeira das graças divinas. O paraense — olhos fitos na Virgem de Nazaré — é um povo feliz pelo simples fato de já nascer sob o olhar da excelsa Virgem".

Tratando da reforma da sociedade, apresenta esta oportuna observação : "Uma coisa podemos afirmar : é impossível reformar o Brasil sem reformar os seus homens. Por melhores que sejam as leis, por mais modernos e práticos que sejam os métodos, por mais engenhosos que sejam os

sistemas de administrar, de fiscalizar, de desenvolver indústrias, de difundir o ensino, etc., tudo é tempo perdido se o caráter, a consciência do homem estiver corrompida." Aludindo às prerrogativas do homem, depois de estabelecer comparação entre o homem e a mulher, afirma: "O cristianismo deu à mulher um lugar de nobreza, arrancando-a do aviltamento em que se encontrava entre os pagãos. Não lhe deu, porém, supremacia sôbre o homem. A hierarquia religiosa continua a manter o homem no seu lugar, pois na lei antiga era êle o depositário do poder com relação ao culto religioso. Jesus Cristo, que veio aperfeiçoar a lei antiga, não tirou ao homem o poder exclusivo do sacerdócio. Êle será sempre a autoridade a governar a Igreja, o administrador dos sacramentos, o alter-ego de Cristo neste mundo. Cercado de privilégios, elevado de modo inconfundível pelas predileções divinas, — o homem deveria sentir-se sumamente desvanecido. Gratidão profunda para com o seu Deus deveria fazer dêle um amigo dedicadíssimo de seu Creador. Mil vêzes mais do que a da mulher, a alma do homem está obrigada ao reconhecimento. Em tôdas as igrejas da terra as vozes mais vibrantes de entusiasmo e mais repassadas de gratidão, devem ser as masculinas quando se alçam na prece ou se modulam nos cânticos sagrados".

No capítulo da educação dos meninos, há conselhos relevantes, não sendo descurada a formação dos elementos que lhes devem fazer companhia. Assevera que, "as enfermidades físicas, nem tôdas são microbianas, nem tôdas são transmissíveis. As enfermidades do caráter, ao invez, são tôdas contagiosas. Os micróbios morais não faltam em vício algum e proliferam ràpidamente. O moço que se cerca de maus companheiros vive sempre junto dos focos de infeção, respira sempre miasmas".

Repudiando a zombaria dos descrentes e impulsionado pelo sentimento de fé que o domina, Dom Lustosa afirma: "o mais forte imperativo de nossas almas é precisamente o culto religioso. E os infelizes que pretendem furtar-se a êle, resvalam nas mais grosseiras superstições. E' a nossa consciência iluminada pelos ensinamentos da Igreja a única norma que os católicos tem a seguir. O ideal do católico é tão nobre e sublime, que deve passar acima de tôdas as críticas. Dir-se-á, talvez, que a fé do católico deve ser robusta suficientemente para não sofrer desmaios por um

sorriso estulto. Realmente, deve ser assim a crença de um homem".

Outro assunto que não passou despercebido a Dom Lustosa em sua Primeira Pastoral, foi a leitura a que os homens devem se entregar. "Mesmo na idade madura — diz êle — o homem tem o dever rigoroso de defender a sua fé, a sua moral, porque as condições sob as quais êle pode salvar a alma são as mesmas prescritas para todos os seres humanos. Sem fé e sem moral não há salvação. E o homem que se julgar dispensado de viver honestamente coloca-se no número dos que o Apóstolo São Paulo condena quando diz: "...não entrarão no reino de Deus".

As diversões foram também objeto de sua apreciação. Desde que ela não seja ofensiva aos bons costumes, não há motivo para ser prescrita. Referiu-se, nesse particular, às atividades desenvolvidas pelo então sacerdote Achiles Ratti, depois Pio XI, às representações teatrais de São Francisco de Sales, à arte dramática posta em execução por Anchieta, aos folguedos domésticos preconizados por São Felipe Nery, aos divertimentos cultuados por D. Bosco, "autoridade incontrastável em matéria de propedêutica cristã", o qual, com a sua norma de agir, evidenciou "uma das mais eficientes alavancas da reforma social, por êle empreendida com o maior êxito".

Pregando a necessidade de vivermos alegres, divertindo-nos dentro da lei de Jesus Cristo e, reconhecendo "o caráter transitório desta vida terrena", alerta a circunstância de vivermos "sem perder de vista o que nos espera além da morte", não obstante existirem indivíduos "insofridos de restrições ou limites, os quais querem correr à vontade pela estrada da vida sem encontrar barreira", convindo ressaltar que "essa estrada sem barreiras é precisamente a que descrevera Jesus — **spatiosa via** — pela qual, diz o Mestre, se vai a perdição".

Aludindo aos movimentos tumultuários da atualidade, quando "a luta pela vida vai-se tornando cada vez mais intensa", observa: "o que vemos nos nossos dias, mais talvez do que viram os nossos antepassados é, de modo especial, a luta pelo enriquecimento". E conclui com estas palavras que se transformam em verdadeiro estigma contra a sêde das riquezas, da ambição e do luxo: "Lutar para viver é do nosso instinto, é uma consequência ou modalidade do instinto de conservação. Mas, a luta pelo enriquecimento,

a avidez desordenada, insaciável de grandes lucros, a ambição do ouro — é realmente tristíssima manifestação do conceito materialístico da vida".

Ao referir-se aos templos religiosos, "onde a Providência armazenou tudo quanto se faz de mister para a vida de nossa alma, onde brotam as fontes de salvação, onde nos iluminamos, nos alimentamos, nos curamos, nos defendemos, nos purificamos, nos ressurgimos, nos estimulamos ao bem, nos locupletamos de merecimentos", Dom Lustosa, no culto do seu apostolado, diz que "a alma tem na Igreja todos os elementos de vida e salvação", em cujo templo "devemos entrar como em nossa casa que realmente o é, porquanto é a casa do nosso Pai Celeste"; em cujo lugar sagrado de recolhimento e meditação, devemos entrar "com as saudades e a sofreguidão com que o cervo demanda a fonte", segundo o preceito contido nos psalmos.

Partindo do pressuposto de que "o melhor sustentáculo da fé é a moral", chega a esta acertada conclusão: "o incrédulo não pode medir as consequências funestas da increlidade, pois se êle percebesse quão nocivo é êle próprio ao convívio humano, devido à sua descrença, teria mêdo de si mesmo".

Pregando a união da família, exalta a influência poderosa que exerce no ânimo dos filhos a palavra e o exemplo paternos.

Concluindo a sua belíssima primeira pastoral, Dom Lustosa reporta-se ao Eclesiaste, segundo o qual "a consciência religiosa, a consciência do homem temente a Deus, só ela nos pode manter no cumprimento do dever".

A sua segunda Carta Pastoral, dada à publicidade em 1934, dirigida aos seus diocesanos do interior do Estado, é um repositório de ensinamentos, objetivando o mais elevado conceito de saúde corporal.

Incutindo a prática da higiene, em tôdas as suas modalidades, Dom Lustosa como que transformou-se de grande prelado, cultor da "lei puríssima do Evangelho, com a fôrça de vontade que impele a alma ao arrepio das paixões, até o sacrifício de si mesma", no higienista ponderado, que, em linguagem acessível, ministra os melhores conselhos de ordem sanitária, segundo os quais, "se desejamos fazer grande bem à alma de nossos amados filhos no interior, fôrça é que nos empenhemos para melhorar-lhes também o estado de saúde corporal."

Nêsse seu pequeno trabalho pragmático, em que a religiosidade se associa à higienização. Dom Lustosa, criticando a doutrina fatalista, observa: "O homem que se mete no perigo e depois exige a Deus o milagre que o salve, deve obrigar o Senhor a secundar-lhe a imprudência. Deus quer que façamos o que pudermos e depois de boa mente nos valerá. E' digno de todo louvor o homem que, para cumprir o seu dever afronta, impávido, os perigos. Mas, inteiramente reprovável e insultuoso a Deus é o proceder do indolente que não trabalha confiado na Providência, do imprevidente que tudo esbanja, expondo a família a passar fome, dizendo: "Deus é grande."

Nos utilíssimos preceitos contidos naquela Pastoral, Dom Lustosa, após referir-se às infecções e aos focos de enfermidades, tece um pequeno hino de exaltação ao astro-rei "Que grande desinfetante natural é o sol", diz êle. Que crime impedir-lhe a entrada nos nossos quartos de dormir. Deixai seus raios de ouro eliminar os germes de morte que se aninham nas alcovas e mais aposentos faltos de luz. Êsses feixes de raios benéficos, portadores de calor e de luz, sanciam o ar, secam a humidade do ambiente, matam micróbios. O sol é uma farmácia viva. Sôbre vosso organismo, devidamente aplicado, produzirá efeitos muito salutares. Não vos priveis dêsse tesouro que Deus nos deu tão largamente nesta zona equatorial."

O jornal católico "A Palavra", editado em Belém, homenageando Dom Lustosa, transcreveu num volume, todos os seus artigos publicados na imprensa local no período de 27 de agôsto de 1933 a 1.º de julho de 1943, alusivo às visitas pastorais que empreendera na jurisdição de sua Arquidiocese, e à grande viagem que efetuara desta capital à Nápoles, no Ano-Santo; à cidade de Lourdes; à ilha de Las Palmas; às quatro grandes Basílicas e às Catacumbas de São Calixto.

O livro trata do roteiro de sua viagem empreendida pela então Estrada de Ferro de Bragança até à região de Quatipuru donde S. Excia. Reverendíssima se transportou, em caminhão, canoa ou cavalo, por várias localidades e lugarejos até à cidade da Vigia, perlustrando diversos pontos do litoral paraense conhecido como "região do salgado". O livro retrata também a viagem que efetuara no Alto Acará e no Tocantins, indo muito além de Cametá, pregando a doutrina de Cristo, auscultando as necessidades do nosso

caboclo e confortando-o espiritualmente em suas enfermidades. Livro bastante interessante, pela maneira simples com que vários têrmos regionais são interpretados; pelo linguajar do elemento nativo; pela descrição dos lugarejos e povoados.

"Inteligência lúcida, gesto afável, palavra paternal, sabedoria humilde, Dom Lustosa cativou os corações mais sensíveis".

Num justo reconhecimento às suas qualidades intelectuais, foi considerado fundador da Cadeira n. 13 e empossado nesta Academia dia 17 de janeiro de 1937, quando contava 51 anos de idade.

Havendo comemorado em Belém o jubileu de ouro de sua vida sacerdotal, o ilustre mineiro Dom Lustosa, por quem o Papa Pio XII tinha profunda admiração, publicou no Rio de Janeiro em 1939, o pujante livro com 580 páginas intitulado "Dom Macêdo Costa", cuja obra, no dizer esclarecido do nosso confrade Santana Marques, "é uma homenagem à verdade, constituindo hoje um manancial indispensável para quem queira conhecer o Bispo do Pará, sem a deformação dos juízos apaixonantes de sua época."

Coroando de guirlandas luminosas a sua atividade cultural, Dom Lustosa publicou no Rio de Janeiro em 1940 a obra magnífica intitulada "Meu livro inseparável", o qual, no nosso entender, deveria denominar-se "O livro das meditações", cuja leitura, no dizer do autor, "constitui o alimento diário indispensável de tôda a alma desejosa de se enriquecer de virtudes."

Contendo trinta reflexões destinadas aos sacerdotes, às religiosas, aos simples fiéis desejosos de conseguir a salvação, o livro transcreve "alguns trechos seletos de trabalhos ascéticos", compilados e traduzidos por Dom Lustosa.

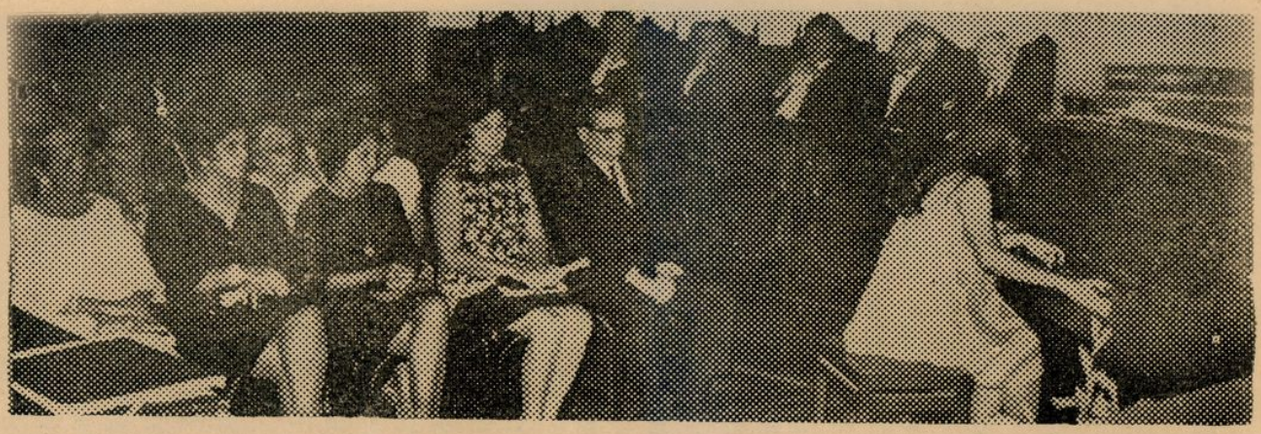
Ricas de preceitos e ensinamentos, as trinta Meditações, baseadas num profundo sentimento religioso, tratam do pecado venial, da estima dos homens, da perfeição de nossas ações ordinárias, das graças recebidas de Deus, da vida sobrenatural, da pureza da intenção, da imitação de Nosso Senhor, das visitas ao Santíssimo Sacramento, da paz da alma, da doçura, da vida interior, da devoção à Santíssima Virgem, do amor a Nosso Senhor, das ocasiões de pecado, da calma nas injúrias, das perseguições, da paixão por Jesus, dos maus juízos, dos dois caminhos, da prece, dos bens da terra e dos bens do céu e do zêlo apostólico de Jesus.

A parte referente às exemplificações constitui autêntico relicário de ensinamentos espirituais, em que são focalizadas rápidas passagens da vida terrena de alguns luminares da Igreja, tais como São Francisco de Bórgia, Monsenhor de La Mothe, Santa Zita, São Vicente de Paulo, Santo Inácio de Loiola, Padre Gondren, São Felipe Nery, São Francisco de Sales, São Francisco Regis, Santa Madalena de Pazzi, São João Berckmanns, Santa Lidivina, Santa Isabel da Hungria, Santa Rosa de Viterbo, São Jerônimo, Santo Afonso de Ligório, São Nicolau de Tolentino e São Francisco de Assis.

Os assuntos compilados e traduzidos se referem a trechos da atuação intelectual de Lacordaire, de Santa Catarina, do Padre Vaubert, do Padre Scupoli, de Santo Afonso de Ligório, de Fenelon e do Padre Lallemant.

Em todo o livro, verdadeiro manancial de adoração ao Omnipotente, ausculta-se a sublimidade de Deus, que quer "a dependência de nosso espírito, a submissão de nossa vontade, o amor do nosso coração".

Dom Lustosa, contando atualmente 82 anos de idade, não podendo mais exercer o seu apostolado, encontra-se recolhido a um estabelecimento religioso no interior de Pernambuco. Que até lá chegue o nosso reconhecimento e as nossas homenagens às suas virtudes e ao seu talento



Senhorita Leucy Maria Costa Arantes executando ao piano bela partitura; parte das pessoas convidadas e, na bancada vários acadêmicos. (Foto "O Liberal").

MURILO MENEZES — O ÚLTIMO OCUPANTE

Meus senhores !

Vamos abordar agora a personalidade admirável do último ocupante da Cadeira n. 13.

Murilo de Almeida Castro Menezes nasceu a 11 de outubro de 1890 em Fortaleza, "a terra loura de sol e branca de luares, embalada pelas ondas azuis dos verdes mares", segundo a concepção poética de Paula Ney.

Filho de Crebilon de Castro Menezes e D. Maria de Jesus Almeida de Castro Menezes, o menino Murilo com seis anos de idade veio para Belém, onde fêz o curso primário no Grupo Escolar José Veríssimo e o Ginasial no Liceu Paraense, atualmente Colégio Estadual Paes de Carvalho.

A sua adolescência e juventude foram bastante atarefadas. Em 1902, aos doze anos de idade, acompanhando seu pai que se deslocara para o interior do Estado. viveu num seringal que ficava no rio Tajapuru do Piteira, localizado nas Ilhas, num barracão de paranás e igapós que era casa de comércio, a qual negociava com peles de animais silvestres, ucuúba, bolas de borracha, tabaco, banha de porco. tapioca, cumaru, grude de gurijuba, peixe salgado ou moqueado, para onde afluiam moradores de inúmeros outros seringais que iam levar a sua produção da semana e buscar o sortimento de gêneros, depois do que internavam-se nas brenhas, em suas montarias.

Êle próprio, assim refere a sua permanência naquela localidade desconfortante : "Eu passei ali dois anos, longe do convívio social de qualquer espécie, lidando com gente rústica, uns farinheiros, outros seringueiros, alguns caçadores, pescadores, trabalhadores de engenho de cana, só vendo pessoa civilizada quando passava o vapor da linha. Dias para dizer de desolação e degrêdo, deitando-me com o canto dos guaribas e despertando antes do nascer do sol, assistindo as alvoradas espetaculares que só se admiram no

meio das selvas. O que me valera foi uma saúde invulnerável que me imunizara das febres palustres".

Voltando para Belém, em 1904, com quatorze anos de idade, passou a exercer uma função humilde que êle jamais tentou obscurecer, focalizando-a pormenorizadamente numa de suas reminiscências, inserida na sua obra intitulada "A Capital do El Dorado", tendo como sub-título "Crônica sentimental de Belém e comentários sôbre alguns de seus problemas", trabalho literário com 163 páginas, dado à publicidade no ano de 1954.

Em meio à diversificação da matéria abordada, em que predomina o sentido de exaltação à cidade de Belém e onde são relatados fatos pitorescos e atraentes ocorridos nesta capital, que êle considera "o salão de visitas de tôda a região amazônica, do País das Pedras Verdes, do El Dorado dos naturalistas", "a porta de entrada para a terra mais nova do globo", no dizer de Euclides, Murilo Menezes apresenta um capítulo no qual revela a agudeza de sua imaginação, a sua evoluída espiritualidade.

Apreciemo-lo como cronista elegante, que fixa no papel, com humorismo sadio, trechos de sua vida laboriosa: "Ainda existe o "Bazar Liquidador", essa casa de brinquedos e louças, na rua Conselheiro João Alfredo, em Belém.

"Em tempos passados, ela, além dos artigos da atualidade, era a maior fornecedora de mobílias austríacas e móveis de guarnição ainda do velho estilo, manufaturados por marceneiros portuguêses, aqui estabelecidos.

"Eram os mestres Antônio Guimarães, o Barroca, o Barros e alguns mais.

"As origens do Bazar foram na travessa Campos Sales, onde é hoje o Hotel Europeu, junto à igreja do Passinho. Havia nêsse local uma loja de mobílias que se chamava a "Cadeira Doirada". Êle nasceu ali. Era de propriedade do leiloeiro José Lopes Pereira, com Agência de leilões na esquina da travessa com a Rua 13 de Maio.

"O gerente ou encarregado da 'Cadeira" era o Sr. Afonso Teixeira da Silva Guimarães, rapaz vindo de Fafe, Portugal, gordo, branco, com gaforinha cacheada e preta, muito trabalhador, correto, verdadeiro "gênio" econômico. Risão e conversador, com uma pronúncia clara e aspecto jovial, era um primeiro caixeiro às direitas, pois tinha um jeito especial de agradar a freguesia. Lopes Pereira que, aliás, foi quem o trouxe da terra, soube lhe apreciar os

dotes de honestidade e trabalho e, certo dia, propôs-lhe fundar o "Bazar Liquidador" numa casa vaga e que recentemente havia sido ocupada pelos armazéns "Grand Maison", que tinha encerrado os negócios. Pereira dava-lhe o lugar de sócio-gerente. Isso ocorreu aí pelo ano de 1902. O próprio título da nova casa, título feliz, invejado por muitos, — pois houve um "Bazar Conquistador" e um "Bazar Mobilador" — já traía o antigo ramo de comércio da "Cadeira Doirada", que era comprar ou trocar móveis, por pouco mais ou nada, prepará-los, polí-los convenientemente e vendê-los em estado apresentável ou como novos.

"Quem tivesse mobiliário antiquado e quisesse reformá-lo, bastava ir ao "Bazar Liquidador" e entrar em entendimento com o Guimarães, que liquidava tudo: comprava a mobília velha, barato, e vendia a nova pelo preço corrente. Era negócio. O nôvo estabelecimento prosperou como prosperam todos os negócios, quando na praça corre muito numerário.

"Isso foi no tempo da "sinfonia elástica."

"Na principal artéria do comércio de Belém existiam outras casas importantes, tais como "A Torre de Malakoff", a "Casa Pekin", "Notre Dame de Paris", "O Maltez", a "Casa Aguiar", tôdas do gênero de negócio do "Bazar". "Mas como sobrava dinheiro, o negócio dava para todos."

"O Bazar fazia diàriamente uma boa renda. Guimarães era ativo e muito hábil e prudente em fazer os pedidos para a Alemanha. A casa regorgitava de caixeiros-viajantes alemães, gordos e expansivos, louros, que recebiam as encomendas. Os fabricantes germânicos vendiam a prazo de 90 dias. Em pouco tempo a grande importação no Para e no Brasil vinda tôda da Alemanha.

"Os fabricantes de outras potências iam sendo desbancados, um por um pelo grande surto da indústria tedesca. Foi uma das causas remotas da guerra de 1914.

"Os transatlânticos "Rugia", "Rhaecia" e "Rio Negro", chegavam periòdicamente a Belém, abarrotados de carga. Eram louças, pianos, talheres, máquinas, velocípedes, aparelhos de porcelana, candieiros, centros de mesa, artigos de prata elétrica, móveis diversos, espelhos, pratos, copos, panelas, fogões, quadros a óleo. E aproveitaram um tempo que se vendia bem, porque abundava o dinheiro.

"Passados tempos, deixou de negociar com móveis velhos, só fazendo com novos."

Murilo Menezes, estreitamente vinculado àquela casa que negociava tôda a espécie de artigos domésticos, prosseguindo em sua apreciação descritiva sôbre o "Bazar Liquidador", esclarece, com a maior naturalidade: "Quando entrei ali como caixeiro-vassoura, tinha 14 anos. O cheiro dos vernizes, das tintas, das palhas das embalagens e dos móveis novos me deliciaram. A variedade de brinquedos me deslumbrava. Lá trabalhava Raimundo Góis, o antigo comprador de mobílias velhas; Joaquim Lopes Pereira, o irmão mais nôvo de José Lopes Pereira o sócio da casa, sujeito de bigodinho, "poseur" e compenetrado, que geralmente atendia os freguêses de certa nomeada. Caetano da Costa Ferreira, exímio encapador de móveis, com serrapilheiras, espirituoso, vestia com aprumo. Era um artista. Aprendera aquilo na Casa Cunha Santos & Cia., no Maranhão, onde estivera empregado. Tempos depois, vindo de Portugal, trazido por Guimarães, tivemos Manoel Moreira de Castro. Era um rapaz louro e vivo, de olhos azuis, sarcástico e brincalhão. A princípio, guardou reservas; levava trotes impagáveis, até que começou a aderir às nossas brincadeiras.

"Chegou também de Portugal um brasileiro filho de um comerciante rico, Alcides Freitas. Rapaz um pouco alterado, mas de um excelente caráter. Seu pai enriquecera no Brasil e vivia em Portugal gastando as rendas. Freitas era um bom camarada e muito arguto. De quando em vez íamos fazer arrumação e limpeza no andar de cima. Lá era depósito em móveis e outras mercadorias. Era divertido o nosso estágio no sobrado, porque trabalhávamos devagar e sem vigilância.

"Havia lá uma grande partida de botões de "plaquet", para colarinhos. Estavam acondicionados em saquinhos, duas ou três grosas em cada um. Havia mais de trinta sacos.

"Um belo dia foi-se buscar o lote para venda, mas faltavam vários saquinhos Quem foi? Quem não foi? Não apareceu o autor da subtração. Mas os caixeiros menores é que iam fazer a limpeza.

"Alcides Freitas propôs-se a descobrir o larápio.

"Ninguém deu crédito à façanha. Mas nós entreolhávamo-nos, desconfiados.

"Pois bem, ninguém falou mais no caso. E, como na execução dos Távoras, passados quatro mêses, parecendo que a coisa estava morta, ela surgiu de repente como os

palácios dos fidalgos implicados, todos cercados de tropa - assim no nosso caso eram findos quinzes dias e Freitas chamando Afonso em particular, deu-lhe parte da conclusão de suas pesquisas. Disse-lhe o nome do culpado.

"O plano de Freitas tinha sido o seguinte: tomou nota de todos os empregados do "Bazar" e de suas residências. Após isso, saiu com amostras dos botões pelos bairros onde moravam os empregados, perguntando nas lojas e nas tabernas se não havia à venda botões iguais àqueles. Na hoje Praça Sergipe, havia a lojinha de um sírio. Êle tinha os botões. Freitas, indo buscar o auxílio da polícia, meteu o lojista em confissão.

"Comprei a partida, disse êle, dum senhor assim, assim, e deu os sinais do Francisco, um caboclo que trabalhava como marceneiro, muito protegido de Afonso.

"Estava o caso resolvido e o culpado posto na rua".

Murilo Menezes, continuando a retratar, num estilo simples e agradável, a sua vida de modesto auxiliar do comércio nos albores de sua juventude, revela: "O "Bazar" tinha uma turma de carregadores que não eram empregados, mas tinham as preferências para os seus carretos, que eram muitos. Havia o "Pardal", de bigode, bom camarada; o Ferreirinha, analfabeto, gorducho, mas colocando admiràvelmente os pronomes; o Miguel, de bigode e olhos azuis, tipo encabulado; Maneta, sujeito alto e louro, com um braço a menos, muito gabola, prosa e mentiroso, tipo gozado. Êsses homens, todos portuguêses, eram constantemente alvos das nossas caçoadas principalmente do Moreira de Castro. Êles então se vingavam indo fazer queixas ao Afonso Guimarães, o qual ficava fulo. Êste, era, de resto, amabilíssimo com os fregueses e rispidíssimo com os empregados. Haviam dois polidores, Acácio e Joaquim, além de Francisco, que saíra por furto.

"Tempos depois, entrou um empregado vassoura que, como eu, fôra promovido — José Dias Ribeiro. Todo almofadinha e risão. Mas tinha gênio duro.

"Todos os homens eminentes do Pará, naquêle tempo, passavam pelo Bazar e entravam sempre, porque o acolhimento os lisonjeava.

"Logo de manhã, os empregados se muniam, uns de espanadores, outros de toalhas, outros de vassouras, com que varriam os dois compridos atapetados, que das portas conduziam as pessoas até o fundo do armazém. Os móveis

eram espanados diàriamente, as louças limpas com as toalhas, os vidros esfregados com estopa, de forma que no seu interior sempre refulgia. As novidades eram constantes, havendo sempre, muito o que admirar. Quando chegavam as caixas da Alfândega, lá iam os caixeiros mais novos abrí-las.

"Quando tudo se concluia e Afonso estava ausente, as quatro portas do Bazar ficavam ocupadas pelos empregados que, de espanadores em punho, ficavam a apreciar o movimento da rua.

"Algumas vêzes notáveis políticos entravam no armazém, numa conversa animada, e ficavam discutindo em grupo, sem dar atenção aos caixeiros."

Murilo Menezes, guardando na memória, depois de tantos anos, os nomes das personalidades eminentes da época de sua adolescência, passa a enumerá-las: "Foi por ocasiões dessas que vi de perto João Marques de Carvalho, bonitão, de marron, com polaines; Vitorino Cabral, Bertoldo Nunes, Jaime Abreu, Humberto de Campos, Gentil Bitencourt, Augusto Olímpio, Sabino da Luz, Rogério de Miranda, Alberto Dias, João Coelho, Firmo Braga, Arthur Lemos, Antônio Acatauassu Nunes, Inocêncio Holanda de Lima, Diogo Holanda, Virgílio Mendonça, Lira Castro, Joaquim Lalor, Barão de Anajás, Teodomiro Martins, Palma Muniz, Teodoro Braga, Paulino de Brito, Arthur Viana, Teotônio de Brito, Cipriano Santos, Alcides Bahia, Justo Chermont, Xavier Pinheiro e muitos outros.

"O jornalista Alves de Souza, de "A Província do Pará", de quando em vez lá entrava, a comprar qualquer brinquedo. Era um tipo alto, elegante, imberbe, acaboclado Grande talento. Muito jovial, brincava com todos, dizendo pilhérias cheias de chiste. Romeu Mariz, nesse tempo, trajava bem. Andava nas melhores rodas de intelectuais Usava chapéu de palinha, colarinho duro, colete de seda alinhado, e fatos de casemira. Via-se sempre em grupos com Castro Menezes, Carlos Dias Fernandes, Elizeu Cezar, Carlos Pontes, Fraga de Castro, José Chaves, Raimundo Morais, Alfredo Pinto, Francisco Fidanza, todos de "A Província do Pará".

Há um trecho nesse trabalho recordativo de Murilo Menezes no qual se depara a sua predileção pela literatura, quando assevera: "Defronte do Bazar ficava uma livraria de uma porta só, o "Pará Chic", de propriedade do Sr.

Freitas, senhor português, careca e de bigode. Foi lá onde me habituei a comprar os meus primeiros livros. Freitas recebia regularmente as maiores novidades e punha, positivamente, a gente doida, com as tentações que oferecia à venda, em literatura. Foi êle o introdutor, no Pará, do cartão postal. Era um homem pálido, risonho, muito delicado, mas também muito malcriado quando lhe pisavam nos calos. Não media consequência.

"Numa ocasião o Sr. Quinderé, amigo do Dr. João Coelho, Governador do Estado, vendeu a Freitas um piano, ficando de receber a importância depois. Freitas recebeu o móvel e reparou que estava inteiramente bichado. "Ipso facto" telefonou a Quinderé, dando parte do sucedido. Este recusou-se a desfazer a transação e o resultado foi o piano ficar no meio da rua, ao sol e à chuva, durante mais de uma semana, quando a Limpeza Pública mandou recolhê-lo.

"Na esquina da travessa Campos Sales, onde está hoje a Farmácia Modêlo (atual Banco Mercantil de Minas Gerais), era, uma joalheria e casa de gramofones, "Au Palais Royal". Todos os dias úteis, depois da hora do almôço, quando o comércio estava calmo, ouvíamos as mais lindas valsas e marchas européias, que, hoje, se ouvidas, despertarão saudosas recordações daquela época.

"No Bazar não faltava trabalho. Aos domingos trabalhava-se até o meio dia. Nos feriados, era durante o dia inteiro. E que trabalho? Arrumação de móveis. Móveis pesados com as pedras mármores subindo as escadas. Nesses dias pegava todo o mundo, empregados, carregadores até o patrão. Trabalhava-se a portas fechadas, no armazém e depósito. Havia encapamento de móveis para fora; arrumação de mercadorias desencaixotadas; suprimento das prateleiras.

"Aos sábados eram as cobranças pela freguezia. De ordinário, era eu o cobrador, porque tinha uma dedicação especial em cobrar as contas da casa. Demais, eu sabia ouvir os desaforos e conquistar os devedores. Recebi, assim, muitas contas incobráveis. Gratidão pelo fato: nenhuma.

"O armazém abria às seis e meia da manhã e fechava às sete da noite. Os ordenados eram pequenos. Mas o ambiente era divertido. Havia a novidade do centro comercial e as novidades das mercadorias que chegavam. O

cansaço, assim, não esfalfava, porque as sensações eram contínuas.

"A cidade inteira se sortia no "Bazar", de forma que ali comparecia tôda a espécie de gente. Quando o movimento era grande e o patrão estava também servindo a clientela, chegando mais famílias, êle gritava o nome do empregado para que fôsse com urgência atender as freguesas, as moças bonitas e perfumadas, ricamente vestidas. Moças que nos conheciam de festas ou passeios, deparavam conôsco, muitas vêzes, todos poeirentos e despenteados.

"Nos dias de sábado eram dias de vales. O empregado deixava o pedido na mesa do Sr. Guimarães e, na hora de fechar, êle ia fazendo a chamada. Deixei o "Bazar Liquidador" em 1913 e poucos mêses depois êle foi devorado pelas chamas. O fôgo veio da "Casa Pekin" e alastrou-se. Depois, foi reconstruido, enquanto muitas casas suas contemporâneas desapareceram.

"O Bazar, tal qual a Fênix, ressuscitou das próprias cinzas.

O escritor assim termina a sua narrativa. "Hoje, ainda existe, guardando a memória do maior empório de móveis da Amazônia, o maior fornecedor de artigos domésticos para a população de Belém e, também, uma rude escola de trabalho e esperanças..."

Meus senhores!

A casa comercial onde Murilo Menezes forjara a sua atividade prática e formara a sua têmpera de homem trabalhador, deixou de existir há poucos anos, nela funcionando atualmente, após as necessárias modificações, a firma RM Roupas, Calçados, em cujo prédio êle embalara gratas recordações do tempo de sua mocidade.

Com a idade de vinte e três anos, em seguida ao seu afastamento do "Bazar Liquidador", Murilo Menezes foi admitido como funcionário da antiga Port Of Pará, onde exerceu diversas funções, inclusive no entreposto de Val-de-Cães, cuja ligação com Belém até o ano de 1925, era feita ùnicamente via fluvial, havendo aquela empresa, posteriormente, sido denominada Serviços de Navegação da Amazônia e Administração dos Portos do Pará.

Aqui em Belém Murilo Menezes iniciou e consolidou a sua formação intelectual, havendo sido empossado na Cadeira n. 13 desta Academia em solenidade efetuada dia 24 de abril de 1948; aqui desenvolveu intensa atividade profis-

sional; aqui constituiu família, tendo tido como espôsa dedicada a senhora Izaura Veloso de Castro Menezes, de cujo feliz matrimônio nasceram cinco filhos: Adriano, bacharel em Direito; Renato, médico; Lauro, funcionário municipal; Maria de Nazareth, funcionária federal e Mário, estudante ginasial.

À semelhança de João do Rio, Murilo Menezes escreveu páginas empolgantes sôbre "a alma encantadora das ruas" e dos bairros onde residira (Cidade Velha, Batista Campos, Umarizal), relatando minuciosamente, com acentuado senso de humor, a sua estada em Val-de-Cães, com a família, durante o período de um ano, onde trabalhara, de 1917 a 1925, nos armazéns de inflamáveis de Miramar.

Em 1960, aos setenta anos de idade, Murilo Menezes aposentou-se, atingido pela compulsória, após quarenta e oito anos de serviço, quando exercia a função de Tesoureiro dos SNAPP, atualmente divididos em duas entidades: Emprêsa de Navegação da Amazônia e Companhia de Docas do Pará.

Meus senhores:

Tive a satisfação de conhecer pessoalmente Murilo Menezes há alguns anos. Tempos após fui por êle convidado para a recepção que oferecera em sua residência em regosijo à formatura de seu filho, o médico Renato Veloso de Castro Menezes.

No decorrer de 1965, quando Murilo exercia a função de Diretor da Imprensa Universitária do Pará, dêle me aproximei mais afetivamente, em face de meu comparecimento constante àquela impressôra a fim de proceder, na qualidade de 1.º Secretário da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a revisão do volume XIII da Revista dessa instituição cultural.

Em dias sucessivos, antes e após a tarefa que me fôra atribuida pelo Presidente Ernesto Horácio da Cruz, eu e Murilo conversávamos longamente, predominando nessas tertúlias "tête à tête" fatos ligados a Belém, ao Pará, à Amazônia, não se dissociando dêsses entendimentos amistosos assuntos vinculados à literatura e história regionais.

Numa dessas ocasiões Murilo teve a gentileza de ofertar-me, com expressiva dedicatória, o seu livro "A Capital do El Dorado", publicado em 1954, com 163 páginas.

Algumas vêzes êle me falara na possibilidade do meu ingresso neste cenáculo; jamais supuz que o destino, na sua

ironia irreverente, me facultasse sucedê-lo, ocupando a Cadeira desta Academia onde êle tivera distinguida atuação durante dezoito anos.

Profundo entusiasta do Intendente Antônio José de Lemos — o "velho Lemos" da política paraense — havendo mesmo publicado em agôsto de 1952 no volume II da Revista desta Academia, um trabalho sôbre aquêle preclaro administrador, "um dos mais ilustres políticos do norte da República na época mais alta de sua vida constitucional", no dizer de Carlos Dias Fernandes, colaboração essa intitulada "Um cidadão de Atenas", transcrita, conforme seu desejo, no volume XII (1952/1965) da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará — com a morte de Murilo Menezes desapareceu o último lemista convicto, pois o penúltimo, o Dr. Romeu Mariz, falecera há poucos anos. tendo tido a oportunidade de pronunciar na sede do mencionado silogeu a 17 de dezembro de 1943, notável conferência alusiva ao centenário daquele ex-Senador Estadual e ex-Intendente Municipal de Belém.

No artigo de Murilo Menezes a que nos referimos, ha um trecho, em face da entrevista que mantivera, quando tinha dezesseis anos de idade, com o Intendente Antônio Lemos, na residência dêsse político, em que o Estudante Murilo focaliza o auxílio financeiro de quinhentos mil réis que do mesmo recebera no dia imediato, para a edição de um jornalzinho intitulado "Pará", do qual fôra coordenador e no qual colaboraram Francisco Leão, Olinto Sales, Roque Menezes, Alvaro Fernandes, Renato Viana e Terêncio Pôrto.

Constatamos, assim, haver se manifestado na adolescência e se apurado nos albores de sua juventude, a propensão de Murilo Menezes para a literatura.

Além de "A Capital do El Dorado", êle publicou em 1955 o livro com 184 páginas intitulado "Estudos Contemporâneos — pequenos ensaios", edição da Imprensa Oficial do Estado.

No sincretismo dessa obra palpitante, não sabemos quais os capítulos que mais profundas sensações nos despertam: se a "Estética das Batalhas" ou a "Teoria do Ridículo"; se a "Psicologia da Coragem" ou a "Estrutura do Egoismo"; se o "Elogio da Velhice" ou o "Senso do Direito"; se a "Anatomia do Desejo" ou a "Fisiologia do bom-senso"; se "Imagens e Paradoxos da Literatura" ou "Bibliografia

Portuguêsa"; se "Algumas Literaturas vistas a vôo de pássaro" ou "Breves considerações sôbre a semântica."

Enquanto na "A Capital do El Dorado" predomina o sentido da recordação, nos "Estudos Contemporâneos" Murilo revela, na singeleza de seu estilo, a sua elevada cultura, apresentando quinze sínteses, quatro reminiscências e dez teses, numa urdidura admirável.

Em 1960 publicou a sua última obra a que denominou "Subindo o rio Amazonas", a qual é o repositório de suas impressões alusivas à viagem fluvial que realizara naquele ano, em companhia de sua espôsa, ao longo do Rio-Mar, até Iquitos.

Personalidade organizada, tendo a "alma a projetar-se contìnuamente para a Ordem e para a Beleza", no juízo de Máximo de Tiro, apurou os sentidos, cristalizando-lhe as energias mais atuantes. Dilatou as suas virtudes na idealização. Desenvolvendo o raciocínio, cresceu-lhe o potencial da fantasia e do conhecimento.

Autêntico Cidadão de Belém, embora a Câmara Municipal não lhe tenha outorgado êsse título honorífico; homem extremamente simples, como simples fôra tôda a sua vida; de uma probidade inatacável, afeito às radiosas sonoridades musicais e aos alcandorados ensinamentos livrescos; possuidor de uma excelente biblioteca e belíssima discoteca, êle, por certo, à semelhança do autor de "Luz Mediterrânea" — a maior expressão poética do nosso espírito clássico na transição entre o parnasianismo e o simbolismo — teria dito a si próprio: "Tenho o prazer sutil do pensamento
E a serena elegância das idéias"

Verdadeiro autodidata, Murilo Menezes, não nos tendo deixado "um bloco d'ouro, em que poderia ter talhado um monumento radiante e imperecível", foi, todavia, um espírito cintilante, com permanente e insaciável sêde de cultura — sobretudo cultura musical e cultura literária — as quais transbordam nas diversas e esparsas produções em jornais e revistas e nos livros dêsse amigo dileto que tanto prezo e admiro, falecido em Belém dia 22 de abril de 1966, quase octogenário.

Vem-me à lembrança a frase que José Bonifácio de Andrada e Silva proferiu no elogio acadêmico da Rainha D. Maria I: "Só morrem aquêles de quem a sepultura só encerra as cinzas, como a Memória".

Portuguêsa"; se "Algumas Literaturas vistas a vôo de pássaro" ou "Breves considerações sôbre a semântica."

Enquanto na "A Capital do El Dorado" predomina o sentido da recordação, nos "Estudos Contemporâneos" Murilo revela, na singeleza de seu estilo, a sua elevada cultura, apresentando quinze sínteses, quatro reminiscências e dez teses, numa urdidura admirável.

Em 1960 publicou a sua última obra a que denominou "Subindo o rio Amazonas", a qual é o repositório de suas impressões alusivas à viagem fluvial que realizara naquele ano, em companhia de sua espôsa, ao longo do Rio-Mar, até Iquitos.

Personalidade organizada, tendo a "alma a projetar-se contìnuamente para a Ordem e para a Beleza", no juízo de Máximo de Tiro, apurou os sentidos, cristalizando-lhe as energias mais atuantes. Dilatou as suas virtudes na idealização. Desenvolvendo o raciocínio, cresceu-lhe o potencial da fantasia e do conhecimento.

Autêntico Cidadão de Belém, embora a Câmara Municipal não lhe tenha outorgado êsse título honorífico; homem extremamente simples, como simples fôra tôda a sua vida; de uma probidade inatacável, afeito às radiosas sonoridades musicais e aos alcandorados ensinamentos livrescos; possuidor de uma excelente biblioteca e belíssima discoteca, êle, por certo, à semelhança do autor de "Luz Mediterrânea" — a maior expressão poética do nosso espírito clássico na transição entre o parnasianismo e o simbolismo — teria dito a si próprio: "Tenho o prazer sutil do pensamento
E a serena elegância das idéias"

Verdadeiro autodidata, Murilo Menezes, não nos tendo deixado "um bloco d'ouro, em que poderia ter talhado um monumento radiante e imperecível", foi, todavia, um espírito cintilante, com permanente e insaciável sêde de cultura — sobretudo cultura musical e cultura literária — as quais transbordam nas diversas e esparsas produções em jornais e revistas e nos livros dêsse amigo dileto que tanto prezo e admiro, falecido em Belém dia 22 de abril de 1966, quase octogenário.

Vem-me à lembrança a frase que José Bonifácio de Andrada e Silva proferiu no elogio acadêmico da Rainha D. Maria I: "Só morrem aquêles de quem a sepultura só encerra as cinzas, como a Memória".

Meus senhores !

Matias Aires — "escritor profundo e penetrante que, a exemplo de Montaigne e La Bruyere, com as suas meditações sôbre os homens e as coisas, os defeitos e os vícios do mundo, abriu caminho aos estudos e às pesquisas experimentais", segundo Ronald de Carvalho, elaborando "sentenças e pensamentos dignos de Vauvenargues e de Pascal", escreveu a obra magnífica intitulada "Reflexões sôbre a vaidade dos homens ou discursos morais sôbre os efeitos da vaidade", editada na cidade de Lisboa no ano de 1752 em cujas páginas impregnadas de vigorosa imaginação, encontramos a seguinte análise de natureza filosófica : "Olhamos para o tempo passado com saudade, para o presente com desprêso e para o futuro com esperança; do passado quase nunca se diz mal; do presente contìnuamente nos queixamos e sempre apetecemos que chegue o futuro. O passado parece-nos que não foi mais que um instante; o presente apenas o sentimos e julgamos que o futuro está ainda muito além. Para dizermos bem do tempo é necessário que êle tenha passado e para que o desejemos é preciso considerá-lo distante. A vaidade faz-nos olhar para o tempo que passou, com indiferença, porque nêle fica sem ação; faz-nos ver o presente com desprêso, porque nunca vive satisfeita; e faz-nos contemplar o futuro com esperança, porque sempre se funda no que há de vir. E assim, só estimamos o que já não temos; fazemos pouco caso do que possuímos e cuidamos no que não sabemos se teremos."

Senhores acadêmicos !

Não obstante a repulsa à vaidade, com tôdas as suas variantes negativas próprias da natureza humana, manifestada pelo "moralista mais fino e sutil das nossas letras no período colonial", sinto-me justificadamente envaidecido em ocupar, neste silogeu, estimulado pela vossa companhia, auscultando a calorosa excelsitude de vossa afeição e a fulgurante exuberância de vossa espiritualidade, a Cadeira n. 13, que tem como Patrono Dom Romualdo Antônio de Seixas, como Fundador Dom Antônio de Almeida Lustosa e da qual foi último ocupante o Acadêmico Murilo de Almeida Castro Menezes, aos quais eu expresso, neste momento, a lucidez de minha afetividade, traduzida no poema imortal de Guerra Junqueiro :

"Benditas sejais vós, almas que est'alma adora,
Almas cheias de paz, humildade e alegria,
Para quem a consciência é o sol de tôda a hora,
Para quem a virtude é o pão de cada dia".

Havendo cumprido o desiderato previsto na Carta fundamental que rege os destinos desta Academia, revestido, paradoxalmente, do frágil arcabouço da imortalidade, encerro as minhas palavras despretensiosas depois de haver recordado os que viveram na volta dos tempos, recitando o jôgo de sensações puras que é o terceto final da "Legenda dos Dias", de Raul de Leoni:

"E a vida passa... efêmera e vasia:
Um adiamento eterno que se espera.
Numa eterna esperança que se adia.

DOM ANTÔNIO DE ALMEIDA LUSTOSA — "À margem da visita pastoral" — Homenagem de "A Palavra" — Notas publicadas em jornais de 27 de agôsto de 1933 a 1 de julho de 1934 — Belém.

DOM ANTÔNIO DE ALMEIDA LUSTOSA — "Meu livro inseparável" — Rio de Janeiro — 1940.

DOM ANTÔNIO DE ALMEIDA LUSTOSA — "Dom Macêdo Costa" — Campanha da Boa Imprensa — Rio de Janeiro — 1939.

MURILO MENEZES — "A Capital do El Dorado" — Imprensa Oficial — Pará — 1954.

MURILO MENEZES — "Estudos Contemporâneos" — Imprensa Oficial — Pará — 1955.

RAUL DE LEONI — "Luz Mediterrânea" — Livraria Martins Editora — São Paulo — 1948.

MURILO MENEZES — "Subindo o Rio Amazonas" — Gráfica Falângola — Pará — S/D.

MATHIAS AIRES — "Reflexões sôbre a vaidade dos homens" — Edição facsimilar — Rio de Janeiro — 1948.

Editado na Imprensa Oficial do Estado, sob os auspícios da Secretaria de Estado de Govêrno, na pessoa de seu titular, Professor Clóvis Silva de Morais Rêgo.

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM